

Docência para a Terceira Idade

Teaching to the Third Age

Rita de Cássia da Silva Oliveira¹

RESUMO

O presente artigo explicita o conceito e os preconceitos relativos à terceira idade presentes na realidade brasileira. Ressalta a relevância da educação permanente e os programas voltados para a terceira idade. A constatação da inexistência de uma metodologia voltada para essa clientela substancia-se como interesse de pesquisa, levando a um esboço dessa especificidade metodológica e, através da docência nesses programas, contribuindo para o resgate da qualidade de vida e reconhecimento dos idosos na sociedade brasileira.

Palavras-chave: docência, formação de professores, terceira idade

ABSTRACT

This article discusses the concept and the prejudice related to the elderly in the Brazilian reality. It emphasizes the relevance of continuous education and of the programs that are directed to people in the third age of life. The verification of a void in methodology concerning educational programs for these people is the aim of this research, which leads to an outline of this kind of methodology. Moreover, through the teaching practice in these programs, the quality of life and the recognition of the elderly in the Brazilian society are rescued.

Key words: teaching, teacher training, third age.

¹ Doutora em Filosofia e Ciências da Educação pela Universidade de Santiago de Compostela, Espanha. Professora Adjunto do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Professora Adjunto da Universidade Tuiuti do Paraná, Professora do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Atualmente, a terceira idade apresenta-se como um tema emergente e tem despontado como um dos assuntos em pauta nas discussões sobre as questões da sociedade brasileira. A bibliografia sobre o assunto, embora ainda escassa no Brasil, está em plena efervescência, visto que a produção em torno do assunto tem-lhe imprimido certa velocidade nos últimos cinco anos.

Existe uma convergência quase unânime quanto à relevância do tema, bem como quanto à necessidade de uma maior praticidade com relação ao mesmo. Isso é decorrente da mudança demográfica da população brasileira. O slogan sustentado pelo Brasil, de “País Jovem”, retrata hoje uma realidade diferente: é um país que está envelhecendo. Isso é constatado pela projeção do IBGE para o ano de 2025 quando o Brasil será o sexto país com maior número de idosos do mundo.

Dessa forma, essa preocupação progressiva e tomada de consciência das sociedades em geral sobre os problemas que afligem as pessoas que envelhecem, explica-se fundamentalmente pelo crescimento desse segmento populacional, o qual requer maior atenção e qualidade de vida.

Todas as fases da vida do ser humano merecem atenção e respeito, pelo simples fato de que os direitos humanos devem ser respeitados pela própria lógica e decência para com qualquer indivíduo, e o idoso passa também a ser alvo de estudos e preocupações numa tentativa constante de redimensionamento de seus direitos e obriga-

ções, possibilitando-lhe uma vida digna e de boa qualidade.

O tempo na vida de qualquer ser é inexorável. Contraditoriamente, todos os homens querem viver muito, mas ninguém quer envelhecer. Viver assume a conotação de dádiva, enquanto envelhecer liga-se a castigo. Mas, dissociar um aspecto do outro é impossível.

Conforme MOSQUERA (1978) esclarece, a velhice não pode ser vista como um acidente, é um destino que se apodera da pessoa e que muitas vezes a deixa estupefata ante as suas marcas e conseqüências.

A velhice é muitas vezes definida como estado de uma pessoa de idade avançada, o que subentende que a sua expectativa de vida está diminuída e que possui menor tempo para viver.(LAFOREST,1991).

Portanto, a juventude e a velhice não são interpretações absolutas, mas interpretações sobre o percurso da existência. Como tais, em contrapartida, essas concepções se transformam historicamente e, por serem conceitos construídos historicamente, não existe qualquer substancialidade absoluta no ser da velhice.

A velhice é uma invenção social emergente da dinâmica demográfica, do modo de produção, da estrutura social vigente, das ideologias dominantes, dos valores e culturas preponderantes. É, portanto, um conceito produzido e convencionalizado socialmente, apresentando variações de um lugar para outro.

A terceira idade, na sociedade brasileira, reveste-se de preconceitos. A sociedade capitalista baseia-se na produtividade, visando essencialmente ao lucro. Em tal contexto, o idoso é considerado improdutivo e excluído do sistema de produção. Nesse aspecto repousa, de maneira inconsistente, a justificativa para muitos procedimentos inadequados e injustos vitimando os idosos, entre eles, a educação, que pouco contempla essa faixa etária por não acreditar em um retorno futuro.

E mais, essa visão é reforçada pelas teorias biológicas do envelhecimento, as quais retratam essa fase da vida como uma involução com processo degenerativo, constituindo-se extremamente negativa e pessimista, na medida em que pela diminuição de algumas funções, atribuem ao idoso um quadro de incapacidade generalizada, com ênfase no declínio cognitivo.

A esse estágio MODDY (1976) denomina de repulsão, referindo-se às atitudes negativas praticadas na sociedade sobre o envelhecimento. A sociedade precisa urgentemente compreender que se tornar velho não significa ser senil, enfermo e assexuado.

A aproximação da velhice não reduz drasticamente qualquer faculdade do indivíduo, impedindo-o de continuar ativo e útil ao grupo social a que pertence. No entanto, é vista geralmente como época de declínio físico e mental. Entendida como uma etapa de decadência, leva a uma decadência do status econômico e do status social.

As pessoas que recebem o qualifi-

cativo de “velhas” são percebidas de forma estereotipada e consideradas como enfermas, solitárias, tristes e/ou abandonadas.

Toda a experiência da velhice supõe, por conseguinte, uma dimensão adversa que não se pode negar ou ignorar. Mas supõe, ao mesmo tempo, uma dimensão positiva não menos real, quando o envelhecimento é encarado como um processo natural e não como doença terminal.

Mesmo que se entenda a velhice como um processo que acontece naturalmente na vida das pessoas, é preciso reconhecer que a convivência social dos idosos é reduzida e, em decorrência disso, ocorre a diminuição de suas interações sociais. Isso se deve ao fato de a pessoa idosa geralmente diminuir sua participação na sociedade, abandonando também seu papel social principal, o que diretamente retrai sua vida em sociedade.

Talvez isso aconteça porque as políticas sociais reforçam e valorizam a força jovem, olvidando a participação que os idosos tiveram, induzindo-os a reformular seus valores e sentimentos devido à ausência de tempo para concretizá-los, de tal forma que se gera uma dimensão negativa da velhice sob três aspectos:

- atribuindo à velhice a incapacidade de realização de atividades, fortalecendo e incentivando a passividade nessa faixa etária.
- gerando percepção negativa dos idosos;
- possibilitando e legitimando o

desinteresse da sociedade com respeito aos idosos, na medida em que assumem sua incapacidade de ação e sua posição de marginalidade social, permitindo como consequência imediata o descompromisso da própria sociedade com a participação ativa dessa clientela.

Esse panorama, explicado pela Teoria da Desvinculação, favorece diretamente a separação e a falta de solidariedade entre gerações, ao mesmo tempo em que esse falso compromisso e diminuição da responsabilidade social dos idosos não corresponde à observação da realidade, uma vez que os idosos reclamam atividades, participação nas decisões e integração social para se sentirem úteis.

A idade não pode ser considerada como aspecto negativo, mas focalizada como sinônimo de experiência, sabedoria acumulada ao longo dos anos que os idosos podem transmitir aos jovens.

À proporção que o indivíduo envelhece existe uma modificação significativa nos papéis sociais que desempenha, carecendo até certo ponto de definição mais objetiva, de propósito e de identidade. Esses papéis precisam ser substituídos, caso contrário, o idoso interioriza uma anomia, tornando-se alienado da sociedade e de si mesmo.

Um ponto essencial para reverter essa situação é a valorização da velhice, atribuindo aos idosos novos papéis socialmente valorizados, talvez acompanhados de uma forma de

remuneração, o que lhes garante, em primeiro lugar, um complemento econômico e depois, porque a sociedade atualmente valoriza as atividades vinculadas ao dinheiro, desmerecendo o trabalho gratuito.

Dessa maneira, os processos educativos nas sociedades industriais, deveriam valorizar o capital cultural e as atividades dos idosos, porém esse ainda é um terreno com atividades precárias.

A sociedade se caracteriza pela desigualdade e por conflitos. No sistema capitalista, o trabalho está controlado e organizado pelas classes superiores para proteger seus interesses sócio-econômicos, gerando uma alienação das classes inferiores. Os idosos situam-se em uma posição marginal dentro da sociedade capitalista.

TUNNER (1987) não vê como exclusividade do capitalismo esse panorama com relação ao idoso, afirmando que essa situação desprivilegiada dos anciãos, referente aos aspectos econômicos e sociais, permeia a história da humanidade em muitas sociedades.

A educação pode mudar esse contexto desprivilegiado dos idosos e vem, de fato, despontando nessa área social com ações de grande importância para tal segmento da população. Entretanto, não se pode atribuir a ela fórmulas mágicas, capazes de levar os idosos a romperem de um momento para outro com os estigmas sociais que lhes são atribuídos. Por outro lado, é pertinente referenciar

que ninguém muda com a idade, apenas pode acentuar mais alguns procedimentos que apresentava enquanto jovem. O jovem que continuamente reclama de tudo que acontece ao seu redor, manifestando uma insatisfação geral, possui grandes chances de se tornar um idoso ranzinza, acentuando apenas sua maneira de ser contestadora e descontente. Na verdade, os indivíduos serão na velhice uma projeção do que foram durante a juventude e a idade madura. Esse é o princípio da Teoria da Continuidade sobre o envelhecimento, formulada por ATHCLEY (1971).

Muitas situações ou programas criados para a terceira idade abordam uma forma de percepção relacionada com os serviços sociais. Trata-se de entretenimentos que mantêm os idosos ocupados pela atividade, porém, dentro de uma perspectiva não de produtores mas de consumidores dentro da sociedade. Portanto, tais programas referem-se a diferentes maneiras de ocupar os idosos no seu tempo de lazer através de atividades diversificadas.

A sociedade, segundo esse modelo, procura adaptar o ambiente às necessidades e circunstâncias dos idosos, para que eles possam desfrutar o que lhes for oferecido dentro de uma perspectiva consumista.

À medida que se procura amenizar esse processo discriminatório relativo aos idosos, permitindo-se, por exemplo, que a locomoção lhes seja facilitada com a gratuidade dos transportes e que a sua integração ocorra

através da criação de associações específicas para essa faixa etária, intensificando o lazer e o turismo, percebe-se que tais ações não deixam de constituir uma alternativa útil de reforçar a alienação dessa clientela.

Em contrapartida, a preocupação deve ser com a participação social real e efetiva dos idosos, preparando-os para assumirem novos papéis ativos e desafiando estereótipos que buscam definir negativamente a terceira idade de forma apriorística. A atividade criteriosamente selecionada se converte em condição fundamental para uma vida com êxito.

O papel preponderante, nesse modelo, refere-se à educação como condição para permitir aos idosos viverem e acompanharem as constantes evoluções da sociedade, adaptando-se e participando ativamente desse ritmo acelerado de mudanças. Dessa forma, será reforçada a participação real e a integração dos idosos na sociedade, repudiando-se a segregação e o isolamento dessa população.

Essa faixa etária passa a ser descrita como um período de crescimento, de criatividade, com avanços respaldados na experiência ao longo dos anos de vivência individual. É vista como um período de características próprias, quando muitos projetos e atividades que até então não haviam sido realizados acenam para a concretização, buscando a satisfação pessoal, o crescimento e as mudanças psicológicas. Portanto, a deterioração intelectual não é atribuída à idade mais avan-

çada, mas é considerada uma questão de diferenças individuais.

Por isso, as atividades e a participação social são aspectos relevantes que possibilitam a melhoria do perfil funcional dos indivíduos dessa faixa populacional. Nesse sentido, a educação poderá ser útil e eficaz no combate à negatividade estereotipada para a terceira idade. No Brasil existe um consenso quanto à necessidade de educar a população, como perspectiva de um processo de modernização, na medida em que a opção sócio-econômica definiu os objetivos que se chocam como prioridade à educação. Muito ainda há por fazer para que essa meta seja realmente efetivada e se desvincule dos discursos para assumir a praticidade que lhe é imprescindível.

A educação deve ser vista, pois, como finalidade do processo civilizatório e na prática também deve ser encarada como prioridade no processo de modernização do país. De forma alguma pode ser entendida como um fenômeno isolado, nem tampouco ser relegada ou confundida como simples instrumento de promoção de indivíduos em busca de ascensão social.

A educação é um direito de todos. Não educação compensatória, procurando recuperar o tempo perdido e relegando a segundo plano o critério da qualidade. Como afirma BUARQUE (1991) a educação precisa ser educada. O Brasil precisa entender o próprio Brasil com olhos brasileiros, com objetivos brasileiros, com as especificidades de seus valores culturais e das

possibilidades naturais, visando criar instrumentos que permitam a modernização real do país. A educação precisa ser considerada como a manifestação do compromisso maior da sociedade que busca quebrar barreiras sociais, possibilitando uma real democracia, igualdade de participação e exercício da cidadania de todos os indivíduos.

A educação, em seu conceito mais amplo, nas suas diversas modalidades, passa a ser compromisso da sociedade civil e política com toda a população, não se restringindo a um preceito constitucional com limitações de idade.

Os idosos também possuem potencial a ser desenvolvido, e a impotência dessa clientela com relação à aprendizagem não é senão um preconceito criado e sustentado socialmente. O idoso é capaz de aprender, como também de se adaptar às novas condições e exigências de vida. Apenas deve ser respeitado o seu ritmo individual que, muitas vezes, pode evidenciar-se mais lento do que na juventude. Ritmo diferenciado não se identifica com incapacidade.

Os fatores sociais, como origem, nível de instrução alcançado e profissão, exercem influência significativa no desempenho dos idosos na aprendizagem, mais do que uma determinação biológica ou de pretensas características de idade. (ANGULO, 1991).

Para muitas pessoas de idade, o que falta é uma técnica de aprendizagem. Por exemplo, para respeitar uma

posologia medicamentosa, o médico deverá oferecer ao idoso um número maior de explicações, expor como usar o medicamento e o porquê do mesmo, além de ressaltar as consequências que uma não observação na ingestão do medicamento levaria.

Dessa maneira, ANGULO (1991) salienta que a apresentação rápida aos idosos de um material novo a aprender, incomoda mais que aos jovens, porém, a supressão do fator tempo faz com que essa diferença desapareça. O mesmo autor atribui ao fator insegurança alguma dificuldade de aprendizagem e não à deterioração de qualquer faculdade.

Entretanto, os idosos são mais sensíveis a perturbações exteriores como pausas, barulhos, além do fator saúde, que quando debilitada, pode ser determinante. Também, devido a certa lentidão na corrente dos processos neuropsíquicos que se acentuam com o avanço dos anos, são necessários outros métodos e um espaço de tempo maior para que possam obter máxima eficiência em novos hábitos. Respeitado esse tempo, os idosos despontam capazes de adquirir e dominar as novas condições e conhecimentos a eles apresentados.

As faculdades intelectuais nada sofrem com o envelhecimento e podem se desenvolver com o passar do tempo, como por exemplo, o conjunto de conhecimentos, o julgamento prático, a aptidão de dominar situações difíceis e o desembaraço verbal. Portanto, a capacidade de aprendiza-

gem não é afetada pela idade, antes é facilitada pela associação com experiências anteriores no já conhecido processo de assimilação – acomodação definido por Piaget.

Segundo pesquisas realizadas por ARNHOFF (1964), não obstante o declínio biológico, os idosos podem aprender tão bem como os jovens, podendo ser melhores na aprendizagem dos aspectos práticos e executarem tarefas com maior habilidade do que eles.

Entretanto, um aspecto marcante é a ansiedade. Trata-se da impaciência com que é flagrante na sociedade atualmente. Diante dessa neurose de velocidade, para muitos torna-se incompatível e até perda de tempo aceitar um ritmo mais lento por parte dos idosos.

Na sociedade brasileira prevalece a mística do envelhecimento, que se transmite para a realidade cotidiana das pessoas, e através da qual despreza-se ou abandona-se tudo aquilo que envelhece.

Como afirma GAIARSA (1989, p.18), “*ser velho além de um fato, é um conjunto de convenções sociais da pior espécie*”. Não se sabe o que pesa mais sobre os velhos, se a idade ou a idéia que fazem de si mesmos, movidos pelo modo como são tratados, levados pelas idéias cristalizadas na sociedade, que tantas vezes apresentam-se vingativas e orientam o comportamento da maioria frente a eles mesmos.

A pressão social atua no sentido

de negar a velhice enquanto tal, valorizando a pessoa que consegue disfarçá-la fisicamente (velhos bem conservados) e/ou psicologicamente (velhos de espírito jovem). O velho sábio desapareceu da realidade brasileira, permanecendo apenas como um conceito abstrato.

Não se pode desconsiderar a educação como uma das formas para a transformação da sociedade e a sua importância enquanto processo contínuo, como fato existencial, cultural, intencional, social, exponencial, teleológico (PINTO, 1989), de onde emerge a consciência transformadora, crítica, participativa que atua principalmente no resgate do valor e da capacidade individual. Outro aspecto indicado como relevante argumento para a implantação de programas para a terceira idade, enfatizando a atualização e enriquecimento dos idosos e defesa da docência na terceira idade é a educação permanente.

A educação constitui um processo em que cada ser humano aprende a se formar, a informar-se a fim de transformar-se e transformar o meio em que se insere. O homem é um ser inacabado que busca a perfeição; em consequência a educação se torna um processo contínuo que só termina com a morte. A educação não é apenas conservadora, porque assim aceitaria que a situação atual é ideal, porém, ela traz o germe da mudança, tornando-a por isso o instrumento de reavaliação das utopias.

Portanto, a educação é vista como

um processo contínuo que se realiza em todas as situações em que o homem vive e por isso não pode ser ligada apenas a um determinado momento da vida. A idéia de que a educação é um processo permanente e que a aprendizagem dura a vida inteira é fruto não só da evolução histórica do pensamento sobre a educação, como também da necessidade de uma educação contínua que atenda às situações de mudança e ainda possibilite a maturação do indivíduo.

Conceber a educação como processo permanente não é apenas um ideal, mas uma evidência prática que se impõe, uma necessidade pedagógica, sócio-econômica e antropológica. A própria expressão “educação permanente” abarca elementos bastante distintos, dessa forma, originando conceitos diversificados e complementares, como a educação de adultos, formação profissional continuada, democratização da cultura, entre outros.

No I Seminário Nacional sobre Educação Permanente em Buenos Aires (1970), por consenso considerou-se que “*educação permanente é o aperfeiçoamento integral e sem solução de continuidade da pessoa humana desde o seu nascimento até sua morte*”.

No ano seguinte, o Prof. ROMMISZOWSKI, diretor de Instrução Programada de Enfield, Inglaterra, definiu educação permanente como “*um sistema onde o oferecimento de toda oportunidade está dis-*

ponível através da vida do indivíduo, tanto à luz de suas necessidades vocacionais como de seus desejos, necessidades e interesses culturais”.

Reiterando essa definição e ampliando-a, BARCIA (1982, p.63) conceitua educação permanente *“como um processo de afirmação do indivíduo através da tomada de consciência para um autodeterminismo na condução de alternativas, a fim de dominar as diferentes situações em que será levado a viver”*.

A educação permanente, segundo Pierre FURTER (1973, p.136), não pode ser reduzida a uma simples educação extra-escolar, nem complementar, nem de adultos ou prolongada. Mas abre novas perspectivas no campo educacional, preconizando uma reestruturação e redefinição das estruturas vigentes no que diz respeito à educação de qualquer país. Complementando essa idéia, GARCIA (1989, p.136) afirma que a educação permanente *“supera as dicotomias anteriores e se coloca como aquela que mais condiz com as características que vêm assumindo o relacionamento homem/mundo tecnológico”*.

A idéia de totalidade é a que melhor exprime o ponto de partida da educação permanente, na medida em que focaliza o homem em toda sua dimensão, imerso na sua problemática existencial, na qual os aspectos biológicos e sociais são importantes, assim como a própria história de vida individual.

Ao mesmo tempo, a educação per-

manente é a que melhor responde à necessidade de uma educação para a mudança, exigindo pessoas que se integrem ativa e criativamente, para melhor responderem aos desafios que nem sempre podem ser equacionados. A educação é práxis, na qual a interação homem/situação é muito mais dinâmica e real, acentuando as modificações do ambiente que se refletem no homem e vice-versa. (GARCIA: 1989, p.21).

A flexibilidade da educação permanente reside no fato de admitir a conversabilidade como característica dominante do mundo real. GADOTTI (1985) reforça isso quando afirma que a educação permanente é a necessidade de uma educação fora da escola que se prolonga durante toda a vida, uma necessidade de continuar constantemente a formação individual. Considera também o autor que a educação permanente consiste em um discurso ideológico, pois as ideologias estão subjacentes aos discursos e práticas educativas, constituindo um pensamento estruturado, defendendo outros interesses. A educação permanente pode também ser traduzida pelo aumento de formação profissional e crescimento individual das pessoas.

Dessa maneira, MOSQUERA (1975, p.141) conclui que *“a educação permanente é universal no seu caráter e essencial à completa democratização da aprendizagem, caracterizada pela sua flexibilidade e diversidade em conteúdos, apreendendo elementos, técnicas e finalidades aber-*

tas ao tempo e ao espaço.”

Assim, com base nessas idéias, busca-se espaço para os idosos dentro das diferentes instituições, entre elas a universidade, que deve assumir o papel de agente facilitador do desenvolvimento de uma educação permanente, articulando-se continuamente com a sociedade, visando à difusão de conhecimentos e conversão de conteúdos em uma força viva capaz de elevar o nível cultural geral da sociedade.

Paralelamente, combate-se a idéia de a universidade se constituir um gueto, ou seja, ficar isolada do seu contexto social, voltando-se para dentro de si mesma, não contribuindo para a elevação do nível cultural da sociedade.

As universidades, assumindo também a tarefa de desenvolvimento cultural da clientela idosa, ampliam o seu compromisso social, integrando aqueles que se encontram à margem do processo de desenvolvimento, levando-os a usufruir os bens advindos com esta proposta.

Os programas oferecidos pela Instituições de Ensino Superior são formas alternativas de atendimento ao idoso e também aos indivíduos que vão envelhecer. Além da valorização do idoso, visam também a uma maior conscientização da sociedade em geral a respeito do processo de envelhecimento da população no país.

Os programas para a terceira idade não devem assumir uma conotação meramente assistencialista ou de lazer, porque, de certa maneira, essa

constatação não deixa de ser uma forma sutil de marginalizar e alienar essa clientela na sociedade. Neles, deve ser privilegiada a aprendizagem, por um lado confrontando-se com o rompimento do preconceito de que os idosos têm menor capacidade de aprendizagem e, por outro lado, fazendo emergir a aprendizagem com sabor de conquista, de vitória, elevando assim a auto estima e imagem do idoso.

A inexistência de uma metodologia específica voltada para essa clientela é evidente, mas, ao mesmo tempo, não se pode negar a especificidade por ela reclamada.

Nesse contexto, entre os aspectos considerados, o professor deve:

- assumir uma postura inovadora, desvinculando-se de modelos ultrapassados e tradicionalistas;
- utilizar uma linguagem clara, objetiva e acessível;
- desmistificar os estereótipos, clarificando os preconceitos que a sociedade atribui ao idoso, oprimindo-o;
- relacionar todos os conhecimentos novos e informações com o cotidiano para que a relevância dos mesmos seja percebida;
- evitar falar em doenças;
- criar um ambiente alegre, descontraído e afetivo;
- aceitar e respeitar o ritmo do idoso no processo ensino-aprendizagem;
- reconhecer a velhice como mais uma etapa da vida, reforçando o conceito de cidadania;
- estimular a criatividade e o potencial dos idosos;

- propiciar-lhes uma participação efetiva na sociedade através de serviços voluntários.

Os programas voltados para a terceira idade, na grande maioria, contemplam uma clientela heterogênea quanto à escolaridade e, para alcançarem êxito, a docência deve buscar procedimentos metodológicos adequados, permitindo um entendimento do conteúdo nos diferentes enfoques abordados. Para isso, torna-se imprescindível o professor relacionar todos os conhecimentos novos e informações apresentadas com o cotidiano, para que possa ser despertado o interesse paralelamente com a percepção da relevância dos conteúdos. Aceitar e respeitar o ritmo do idoso no processo ensino-aprendizagem constitui também ponto relevante.

O importante é a criação de um ambiente alegre, acolhedor e prazeroso, porém, não preocupado em apenas manter os idosos ocupados, mas torná-los produtivos, incentivando-lhes a criatividade e o desenvolvimento do potencial individual. Para isso, é papel também do professor propiciar uma participação efetiva dos idosos na sociedade através de serviços voluntários, despertando neles o sentido de utilidade, desenvolvendo-lhes a capacidade crítica e a liberdade de expressão.

É importante entender que a idade madura e a velhice são na vida humana, anos de produtividade, sabedoria e discernimento, para só assim se conseguir superar o estigma de que a ca-

pacidade de aprendizagem no idoso diminui.

Os estereótipos e mitos criados sobre os idosos florescem na sociedade brasileira e justamente pelo diálogo, pela crítica do real, pela interação professor/idosos, procura-se desmistificar e clarificar os preconceitos cristalizados que limitam e oprimem essa faixa etária. A busca do reconhecimento da velhice como mais uma etapa da vida, reforçando o conceito de cidadania, no qual são vislumbrados direitos e deveres de maneira equilibrada, o resgate da qualidade de vida e função social do idoso na realidade brasileira, substanciam-se como prioridades para estudiosos da área. Porém, só serão conquistadas quando a sociedade civil e política tomar consciência do envelhecimento como um processo coletivo que envolve e vence a todos.

O propósito da docência com a clientela idosa é holisticamente, com base integrada e unificada, buscar dentro de cada um a experiência de unidade consigo mesmo, com os outros e com o universo, em nível mental e emocional, para que toda essa diversidade não desmantele a personalidade individual e conseqüentemente, a “personalidade social”.

Certamente todos querem ter vida longa, mas ninguém quer envelhecer. A procura pela fonte da juventude ou alguma fórmula mágica que permita manter o homem fisicamente jovem ainda faz parte das lendas e do folclore. Nesse sentido, é importante lem-

brar que velho é aquele que não produz mais, que não participa da sociedade em que vive, que não sonha e não tem esperança. Se o idoso estiver produzindo, estimulado, possui dentro de si essa tão procurada fonte da juventude, mantendo-se sempre jovem de espírito e criativo.

Só será velho e incapaz de aprender aquele que se isolar e se tornar amargo, fazendo da sua vida uma eterna lamúria.

REFERÊNCIAS

- ANGULO, Marcos S. **A aprendizagem na terceira idade sob o ponto de vista geriátrico**. In: Cadernos para a terceira idade, Sesc, São Paulo, 1991.
- ARHNOFF, Franklin. **Concepto del envejecimiento**. Madrid: Morata, 1994.
- BARCIA, Mary F. **Educação Permanente no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- BUARQUE, Cristovam. **O colapso da modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- GADOTTI, Moacir. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. São Paulo: Cortez, 1985.
- GAIARSA, José A. **Como enfrentar a velhice**. São Paulo: Ícone, 1989.
- GARCIA, Valter. **Educação: visão teórica e prática pedagógica**. São Paulo. McGraw-Hill do Brasil, 1989.
- LAFORREST, Jacques. **Introducción a la Gerontología**. Barcelona: Herder, 1991.
- MARDEGAN JR. Elyseu. **A idade do lobo**. São Paulo: Mercuryo, 1993.
- MOODY, H. R. **Philosophical presuppositions of education for old age**. Educational gerontology, n.1, p 1-16, Barcelona, CEAC, 1989.
- MORAGAS, M. **Gerontologia social: envejecimiento y calidad de vida**. Barcelona: Herder, 1991.
- MOSQUERA, Juan J. **Educação: novas perspectivas**. Porto Alegre: Sulina, 1975.
- NERI, Anita. **Envelhecer num país de jovens**. Campinas: EDUNICAMP, 1991.
- PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições de educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1989.
- SALGADO, Marcelo. **Velhice uma nova questão social**. São Paulo: SESC, 1991.
- SIMÕES, Regina. **Corporeidade e terceira idade**. Piracicaba: Unimep, 1994.
- STEGLICH, Luiz A. **Crises normais na vida adulta**. Passo Fundo: UPF, 1992.
- VEGA, J.L. **Dessarollo adulto y envejecimiento**. Madrid: Sintesis, 1995.
- VERAS, Renato. **Terceira idade: um envelhecimento digno para o cidadão do futuro**. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 1995.